32º SIMULADO OAB 2015.2

4 DE DEZEMBRO DE 2015

INSTRUÇÕES PARA REALIZAÇÃO DO SIMULADO

Estimados alunos,

1. O simulado terá início às 9h20 e encerramento às 12h20. O aluno deve assinar a lista de presença que o professor/fiscal indicar.
2. Somente será admitida a entrada de alunos para realização da prova até ás 9h20. Após este horário, é vedada a entrada do aluno na sala de prova.
3. O aluno somente poderá entregar o cartão-resposta a partir das 9:50hs. Os três últimos alunos que estiverem na sala de aula deverão entregar seus cartões-resposta simultaneamente.
4. O aluno não poderá ter consigo nenhum material, salvo lápis, caneta, borracha e apontador. Todas as bolsas e demais pertences serão colocados na frente da sala, próximo ao professor/fiscal.
5. É vedada a utilização de qualquer material de consulta, bem como de qualquer tipo de aparelho receptor, transmissor, gravador ou tocador de mensagens, dados ou voz. A utilização implicará na atribuição de grau zero à prova do aluno.
6. Atenção ao preencher o cartão-resposta. O preenchimento deverá ser feito **obrigatoriamente com caneta azul ou preta**. Campos preenchidos com lápis, ou marcados com corretor ortográfico não serão considerados válidos. **Campos com dupla marcação, rasurados ou em branco anulam a questão.**
7. **O cartão-resposta é individualizado e não poderá ser substituído**. **Em caso de erro no preenchimento, o aluno não receberá outro cartão resposta.**
8. O caderno de provas poderá ser levado pelo aluno. Somente o cartão resposta deverá ser entregue ao professor/fiscal.
9. Apenas um aluno por vez poderá ir ao banheiro durante a realização do simulado. Se mais de um aluno quiser ir ao banheiro, só será permitida a saída do aluno da sala após retorno do outro. O professor/fiscal fará o controle de entrada e saída dos alunos da sala do simulado.
10. O professor/fiscal não poderá tirar qualquer dúvida relativa às questões de prova do simulado.
11. O gabarito do simulado será enviado por e-mail, a partir das 13hs, do dia do Simulado.
12. Impugnações e recursos deverão ser realizados por escrito e encaminhados aos e-mails: [bruno.alves@fgv.br](mailto:bruno.alves@fgv.br), com cópia para [andre.mendes@fgv.br](mailto:andre.mendes@fgv.br). O prazo para a interposição dos recursos iniciar-se-á às 13hs do dia 4/dez e extinguir-se-á às 13hs do dia 7/dez. O resultado das impugnações e dos recursos será divulgado no dia 9/dez.
13. O resultado oficial será enviado por e-mail até às 18hs do dia 9/dez.
14. **ATENÇÃO**: **No período destinado a realização da prova está incluso o tempo para o preenchimento do cartão resposta.**
15. **BOA PROVA**!

**Cronograma**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DIA** | **HORA** | **EVENTO** |
| 4/dez | 9h20 - 12h20 | Simulado |
| 4/dez | A partir de 13h | Divulgação do gabarito |
| 7/dez | Até às 13h | Prazo para Impugnação/ Recurso |
| 9/dez | Até às 13h | Resultado da Impugnação/Recurso |
| 9/dez | Até às 18h | Resultado Final Oficial |

**Administrativo**

**1. A vedação à Administração Pública de, por meio de mero ato administrativo, conceder direitos, criar obrigações ou impor proibições vincula-se ao princípio da:**

(A) legalidade;

(B) hierarquia;

(C) moralidade;

(D) publicidade.

**2. As OSCIPs são pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, instituídas por iniciativa de particulares para desempenhar serviços não exclusivos do Estado. Nos termos da Lei federal nº 9790/99, a outorga do título de OSCIP é ato:**

(A) Discricionário;

(B) Vinculado;

(C) Privativo do Chefe do Executivo;

(D) Discricionário e precário.

**3. Não é forma de extinção da concessão de serviço público:**

(A) Encampação;

(B) Rescisão;

(C) Anulação;

(D) Prorrogação.

**4. Nos contratos administrativos regidos pela Lei federal nº 8.666/93 a Administração dispõe de diversas prerrogativas especiais, o que não inclui:**

(A) Descumprir condições do edital;

(B) Aplicar sanções;

(C) Modificá-los;

(D) Ocupar bens do contratado.

**5. Ocorre a vacância de cargo público por:**

(A) Remoção;

(B) Redistribuição;

(C) Readaptação;

(D) Reintegração.

**6. O instrumento de intervenção na propriedade cuja finalidade é a preservação histórica, cultural ou artística do bem denomina-se:**

(A) Confisco;

(B) Tombamento;

(C) Poder de polícia;

(D) Desapropriação.

**7. As agências reguladoras, autarquias com regime especial, caracterizam pelo alto grau de especialização técnica e tem como peculiaridade a proteção dos dirigentes contra desligamento imotivado durante o mandato. É exemplo de agência reguladora:**

(A) ABIN – Agência Brasileira de Inteligência;

(B) APEX – Agência de Promoção de Exportações;

(C) AEB – Agência Espacial Brasileira;

(D) ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres.

**8. É considerada diferença entre empresa pública e sociedade de economia mista:**

(A) A criação e extinção por lei;

(B) O desempenho de atividade econômica;

(C) Sua forma de organização;

(D) A sujeição ao controle estatal.

**9. De acordo com a teoria dos atos sanatórios, a sanatória voluntária possui as seguintes modalidades, exceto:**

(A) Reforma;

(B) Ratificação;

(C) Revogação;

(D) Conversão administrativa.

**10. Estado X pretende celebrar convênio com o Município Y, cujo objeto é a união de esforços para a realização de obras de construção de uma ciclovia na cidade. Ao Estado compete transferir para o município o montante de R$ 200.000,00 e ao Município cabe disponibilizar a área e aportar R$ 20.000,00 para realizar as obras, além de realizar a licitação para a contratação. De acordo com as normas jurídicas que regulam os convênios celebrados pela Administração Pública, é correto afirmar:**

(A) As quantias vinculadas à execução do objeto do convênio devem ser depositas em conta própria;

(B) A celebração do convênio não precisa de parecer jurídico prévio;

(C) O município não precisará prestar contas ao Estado da utilização dos recursos, pois também está contribuindo;

(D) Os convênios celebrados pela Administração Pública não são objeto de controle pelos tribunais de Contas.

**Constitucional**

**11. A súmula vinculante foi introduzida no ordenamento jurídico pela chamada reforma do Judiciário, Emenda Constitucional nº 45/2004. Tal instrumento busca a aplicação uniforme da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Sobre o tema, assinale a alternativa incorreta:**

(A) Sua aprovação, revisão ou cancelamento poderá ser provocada por qualquer cidadão no pleno gozo dos direitos políticos.

(B) A súmula vinculante deve ser aprovada por dois terços dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, mas seu efeito vinculante, que se opera em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública, só se fará presente a partir de sua publicação na imprensa oficial.

(C) A inobservância da súmula vinculante em sentença proferida por juiz singular pode ser corrigida mediante Reclamação Constitucional dirigida ao STF.

(D) As súmulas vinculantes não podem ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade.

**12. Sobre o controle de constitucionalidade brasileiro, é correto afirmar que:**

(A) Os partidos políticos, ainda que apresentem representação no Congresso Nacional quando do ajuizamento da ação direta de inconstitucionalidade, devem manter tal representação ao longo de toda a tramitação do feito, sob pena de extinção do processo sem apreciação do mérito.

(B) Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.

(C) É vedado ao Superior Tribunal de Justiça o exercício do controle difuso de constitucionalidade, na medida em que tal tribunal tem a função de garantir a inteireza da legislação federal infraconstitucional.

(D) A ADPF é admissível ainda que haja qualquer outro meio eficaz de sanar a lesividade.

**13. De acordo com a Constituição Federal, no que se refere à organização e atribuições do Poder Executivo, assinale a alternativa correta.**

(A) Segundo a CRFB/88, ocorrendo a vacância dos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República nos últimos dois anos do período presidencial, a eleição para ambos os cargos será realizada trinta dias depois da última vacância, pelo Congresso Nacional, na forma da lei.

(B) O Presidente e o Vice-Presidente da República poderão, sem licença do Congresso Nacional, ausentar-se do país, sob pena de perda do cargo, por até 30 dias.

(C) O Presidente da República tem competência para suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do STF.

(D) Compete privativamente ao Presidente da República nomear os Ministros de Estado, após aprovados os nomes pelo Senado Federal.

**14. A respeito do processo legislativo previsto na Constituição Federal de 1988, é correto afirmar:**

(A) Quanto a Emenda à Constituição a proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

(B) A Constituição autoriza o presidente da República, o STF, os tribunais superiores e o Procurador-Geral da República a solicitar, ao Congresso Nacional, regime de urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa.

(C) A Medida Provisória pode veicular matéria relativa a Partidos Políticos.

(D) A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de sete décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

**15. Sobre os “Remédios Constitucionais”, assinale a alternativa correta:**

(A) A impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor de seus associados depende da autorização prévia destes.

(B) É hipótese de cabimento de *Habeas Corpus*, a existência de ameaça de violência à liberdade de locomoção, praticada por abuso de poder.

(C) Cabe ação popular para anular ato lesivo ao patrimônio de entidade que o Estado participe, somente se não houver má-fé do autor.

(D) Não cabe mandado de segurança contra os atos de gestão administrativa de um Secretário de Saúde de um Município.

**16. No que se refere aos direitos políticos e aos direitos da nacionalidade, assinale a alternativa correta:**

(A) Os brasileiros nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, registrados em repartição brasileira competente serão brasileiros natos e, portanto, não poderão ser extraditados.

(B) A Constituição Federal de 1988 dotou o analfabeto de capacidade eleitoral ativa e passiva.

(C) Caso o extraditando tenha filho brasileiro, sua extradição não será admitida.

(D) Podem ser extraditados, em determinadas circunstâncias, os brasileiros nascidos no estrangeiro, de pai ou mãe brasileira que esteja a serviço da República Federativa do Brasil.

**17. O controle de constitucionalidade trata de processo de caráter objetivo, com o fim de viabilizar o julgamento da validade abstrata do ato estatal em face da Constituição Federal. Sobre controle de constitucionalidade no sistema brasileiro, é correto afirmar que:**

(A) A superveniente revogação da norma impugnada na via do controle concentrado mantém ativo e íntegro o objeto da ação direta de inconstitucionalidade.

(B) Os órgãos fracionários de tribunais podem afastar, no todo ou em parte, a incidência de lei ou ato normativo sem obedecer à cláusula de reserva de plenário, desde que não haja declaração expressa de inconstitucionalidade.

(C) As súmulas editadas pelo STJ, em razão de sua generalidade e abstração, são passíveis de serem atacadas por meio de ADI.

(D) As declarações de constitucionalidade ou inconstitucionalidade proferidas pelo Supremo Tribunal Federal têm eficácia contra todos e efeito vinculante em relação aos órgãos do Poder Judiciário e à administração pública federal, estadual e municipal.

**18. Sobre as súmulas vinculantes, é correto afirmar que:**

(A) A arguição de descumprimento de preceito fundamental constitui instrumento adequado a viabilizar revisão ou cancelamento de súmula vinculante.

(B) A súmula será aprovada de ofício ou por provocação e deverá ocorrer mediante decisão de, no mínimo, um terço dos seus membros.

(C) O STF poderá elaborar o enunciado de súmulas apenas de ofício, mediante decisão de um terço dos seus membros, aprovar súmula que terá efeito vinculante.

(D) De acordo com a Constituição Federal a aprovação da súmula poderá ocorrer de ofício ou por provocação e deverá ocorrer mediante decisão de dois terços dos seus membros.

**19. No que tange aos “Remédios Constitucionais”, assinale a alternativa INCORRETA:**

(A) Embora apenas o cidadão tenha legitimidade para o ajuizamento da ação popular, o Ministério Público pode promover o respectivo prosseguimento do feito se houver desistência da ação por parte do autor.

(B) O descumprimento de decisões proferidas em mandado de segurança caracteriza crime de desobediência.

(C) O *Habeas corpus* pode ser impetrado em favor de pessoa jurídica.

(D) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional, bastando, para se configurar essa representação, a existência de um único parlamentar na Câmara dos Deputados ou no Senado Federal, filiado ao partido.

**20. No que se refere à repartição de competências constitucionais, assinale a opção correta:**

(A) Compete concorrentemente à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar sobre Direito Aeronáutico.

(B) Os municípios detêm a denominada competência legislativa suplementar, podendo, portanto, suplementar no que couber, tanto a legislação federal quanto a estadual.

(C) É terminantemente vedado aos estados-membros e ao Distrito Federal (DF) legislar sobre matérias inseridas no âmbito da competência legislativa privativa da União.

(D) De acordo com o texto constitucional, compete à União, aos estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre florestas, fauna e direito do trabalho.

**Deontologia**

**21. José Carlos Gondim, advogado devidamente inscrito na OAB/ES, tem uma causa no estado do Rio de Janeiro. Durante uma audiência realizada na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, praticou uma infração disciplinar de natureza leve. Acerca do processo disciplinar na OAB, marque a alternativa incorreta:**

(A) A decisão condenatória recorrível deve ser imediatamente comunicada ao Conselho Seccional onde o a representado tenha a inscrição principal, para constar dos respectivos assentamentos.

(B) A jurisdição disciplinar não exclui a comum e, quando o fato constituir crime ou contravenção, deve ser comunicado às autoridades competentes.

(C) O poder de punir disciplinarmente os inscritos na OAB compete ao Conselho Seccional em cuja base territorial tenha ocorrido a infração, salvo se a falta for cometida perante a Subseção, quando competirá a está julgar o advogado e aplicar a punição cabível.

(D) O prazo para a defesa prévia pode ser prorrogado por motivo relevante, a juízo do relator.

**22. De acordo com a Lei nº 8.906/94, um dos requisitos para o advogado se candidatar a um cargo de conselheiro seccional é ter mais de 5 anos de profissão.**

**Em relação ao tema “Eleições e Mandatos”, conforme o Estatuto da Advocacia e da OAB, bem como segundo o Regulamento Geral do EAOAB, marque a resposta correta:**

(A) Extingue-se o mandato automaticamente, antes do seu término quando o titular faltar, sem justo motivo, a cinco reuniões ordinárias consecutivas de cada órgão deliberativo do Conselho ou da diretoria da Subseção ou da Caixa de Assistência dos Advogados, podendo, entretanto, ser reconduzido no mesmo período de mandado.

(B) Extinto qualquer mandato, nas hipóteses previstas na Lei nº 8.906/94, cabe ao Conselho Federal escolher o substituto, caso não haja suplente.

(C) A eleição dos membros de todos os órgãos da OAB será realizada na segunda quinzena do mês de outubro do último ano do mandato, mediante cédula única e votação direta dos advogados regularmente inscritos.

(D) O mandato em qualquer órgão da OAB é de 3 anos, iniciando-se em 1º de janeiro do ano seguinte ao da eleição, salvo no Conselho Federal.

**23. O Estatuto da Advocacia e da OAB, no art. 45, diz que os órgãos da OAB são: Conselho Federal, Conselhos Seccionais, Caixa de Assistência dos Advogados e as Subseções.**

**No que diz respeito aos órgãos da OAB, assinale a alternativa correta:**

(A) É da competência do Conselho Seccional decidir o pedido de inscrição no quadro de advogados e estagiários.

(B) Em nenhuma hipótese pode o Conselho da Subseção receber pedido de inscrição nos quadros de advogados e estagiários, instruir e emitir parecer prévio, mesmo que para posterior decisão do Conselho Seccional.

(c) Compete privativamente ao Conselho Federal criar as Subseções e a Caixa de Assistência dos Advogados.

(D) Compete privativamente ao Conselho Seccional fixar a tabela de honorários advocatícios, válida para todo o país.

**24. Roberto da Costa, advogado inscrito há 6 anos na OAB/BA, foi contratado por uma empresa bancária para desempenhar a atividade de advogado do aludido banco. A respeito do tema, o Estatuto da Advocacia traz algumas regras. Marque a alternativa que se adéqua a essas regras:**

(A) O salário mínimo profissional do advogado será fixado pelo Conselho Seccional da OAB.

(B) A relação de emprego, na qualidade de advogado, retira a isenção técnica e reduz a independência profissional, visto que um dos requisitos caracterizadores do vinculo empregatício é a subordinação.

(C) As horas trabalhadas que excederem a jornada normal de trabalho são remuneradas por um adicional não superior a 100 % sobre o valor da hora normal, mesmo havendo contrato escrito.

(D) As horas trabalhadas no período das 20 horas de um dia até as 5 horas do dia seguinte são remuneradas como noturnas, acrescidas do adicional de 25 %.

**25. Em relação aos direitos dos advogados assegurados pelo Estatuto da Advocacia e da OAB, bem como em relação ao entendimento do STF, marque a alternativa incorreta.**

(A) Constitui direito do advogado, exercer com liberdade, a profissão em todo o território nacional, exigindo-se, em alguns casos, a inscrição suplementar.

(B) É direito do advogado ter vista de autos de processo findos, mesmo sem procuração pelo prazo de 10 (dez) dias, via de regra.

(C) Constitui direito do advogado, ser publicamente desagravado, quando ofendido no exercício da profissão ou em razão dela.

(D) É direito do advogado sustentar oralmente as razões de qualquer recurso ou processo, nas sessões de julgamento, após o voto do relator, em instância judicial ou administrativa pelo prazo de 15 minutos, salvo se prazo maior for concedido.

**26. Em relação às infrações e sanções disciplinares, assinale a opção correta.**

(A) Prescreve em dez anos a pretensão punitiva contra advogado pela prática de infração punível com exclusão da advocacia.

(B) O advogado que mantém sociedade de advocacia em violação às normas do Estatuto da Advocacia e da OAB pratica uma infração disciplinar punível com censura.

(C) O estagiário não se submete às penalidades do estatuto do advogado, devendo a pena recair exclusivamente sobre o advogado responsável por seu treinamento.

(D) A pena de censura pode ser convertida em advertência, que ficará registrada nos assentamentos funcionais do advogado.

**27. Um dos temas regulamentados pelo Estatuto da Advocacia e da OAB é sobre os honorários advocatícios. À luz da Lei Federal 8.906/94 (EAOAB), bem como à luz do Código de Ética e Disciplina é correto afirmar que:**

(A) A prestação de serviço profissional assegura aos inscritos na OAB o direito aos honorários convencionados e aos honorários fixados por arbitramento judicial apenas.

(B) Os honorários advocatícios devem necessariamente ser parcelados em três vezes, sendo 1/3 no início do serviço, outro terço até a decisão de primeira instância e o restante no final.

(C) Na falta de estipulação ou de acordo, os honorários são fixados por arbitramento judicial, em remuneração compatível com o trabalho e o valor econômico da questão, na tabela organizada pelo Conselho Seccional da OAB.

(D) O Código de Ética e Disciplina permite que o advogado contrate honorários advocatícios através de notas promissórias.

**28. Marcos Meira, advogado regularmente inscrito na OAB/PR, descobriu que seu potencial cliente João omitira-lhe o fato de já ter constituído o advogado Anderson para a mesma causa.**

**Na situação apresentada, supondo-se que não se trate de medida judicial urgente e inadiável nem haja motivo justo que desabone Anderson, Paulo deve:**

(A) recusar o mandato, de acordo com imposições éticas, haja vista a existência de outro advogado já constituído;

(B) denunciar João ao Conselho Federal por litigância de má-fé;

(C) notificar Anderson por intermédio da Comissão de Ética e Disciplina da OAB para que este se manifeste no prazo de quinze dias corridos e, caso Anderson não se manifeste, continuar defendendo os interesses de João em consonância com os preceitos éticos da advocacia;

(D) denunciar Anderson ao Tribunal de Ética da OAB por omissão culposa, estando este sujeito a censura.

**29. No tocante à sociedade de advogados, assinale a opção correta.**

(A) A sociedade de advogados pode se associar com advogados apenas para participação nos resultados, sem vínculo de emprego.

(B) Com o falecimento do sócio que dava nome à sociedade de advogados, o conselho seccional deverá notificar de imediato os demais sócios para a alteração do ato constitutivo, independentemente de previsão de permanência do nome do sócio falecido.

(C) Os advogados associados não respondem pelos danos causados diretamente ao cliente, sendo essa responsabilidade exclusiva dos sócios do escritório.

(D) Ainda que condenado judicialmente por dano causado a cliente, o advogado não deverá sofrer qualquer sanção disciplinar no âmbito da OAB.

**30. Acerca das disposições relativas a mandato judicial previstas no Código de Ética e Disciplina da OAB, julgue os itens subsequentes.**

**I - A revogação do mandato judicial por vontade do cliente desobriga-o do pagamento das verbas honorárias contratadas, sendo, em razão disso, retirado do advogado o direito de receber eventuais honorários de sucumbência.**

**II - Tanto o mandato judicial quanto o extrajudicial devem ser outorgados coletivamente aos advogados que integrem a sociedade de que façam parte e exercidos no interesse do cliente, respeitada a liberdade de defesa.**

**III - Os mandatos judicial e extrajudicial não se extinguem pelo decurso de tempo, desde que permaneça a confiança recíproca entre o outorgante e o seu patrono no interesse da causa.**

**Assinale a opção correta.**

(A) Apenas o item I está certo.

(B) Apenas o item III está certo.

(C) Apenas os itens I e III estão certos.

(D) Apenas os itens II e III estão certos.

**Direito e Processo Penal**

**31. A realização de interceptação das comunicações telefônicas por policial militar, sob a coordenação de seus superiores hierárquicos e a direção e supervisão do órgão do Ministério Público, visando o monitoramento e combate ao crime organizado, mas sem autorização judicial, constitui:**

(A) Regular exercício da atividade de polícia judiciária e de manutenção da ordem pública.

(B) Crime de violação de segredo profissional, previsto na lei de interceptações telefônicas.

(C) Crime de atentado contra o sistema nacional de comunicação, previsto na lei de organização criminosa.

(D) Crime de interceptação telefônica não autorizada, previsto na lei de interceptações telefônicas.

**32. O Diretor de determinado presídio é informado, por bilhete anônimo, de que um preso estaria trocando informações por correspondência com membros do seu bando, a fim de viabilizar a entrada de substância entorpecente no estabelecimento prisional, visando ao tráfico de drogas. Diante disso, o Diretor intercepta uma carta fechada e destinada ao detento, e, após abri-la, lê o seu conteúdo, descobrindo quando e como se daria o ingresso da droga. No caso em tela, pode-se afirmar que o Diretor:**

(A) aparentemente praticou crimes previstos tanto no Código Penal, quanto na Lei nº 4.898/1965, devendo responder por esta última de acordo com o princípio da especialidade.

(B) praticou crime previsto na Lei nº 4.898/1965.

(C) praticou crimes previstos tanto no Código Penal, quanto na Lei nº 4.898/1965, devendo responder por ambos, em concurso formal.

(D) não praticou crime.

**33. Em relação aos atos que podem constituir crimes de tortura, assinale a afirmativa incorreta.**

(A) constranger alguém com emprego de violência ou ameaça, causando-lhe sofrimento físico com o fim de obter informação.

(B) constranger alguém sem emprego de violência nem ameaça, para que faça algo que a lei não obriga.

(C) constranger alguém com emprego de violência ou ameaça, causando-lhe sofrimento físico para provocar ação ou omissão de natureza criminosa.

(D) submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou ameaça, a intenso sofrimento mental, como forma de aplicar castigo pessoal.

**34. Relativamente ao crime de tortura (Lei 9.455/97), é correto afirmar que a pena do crime é aumentada quando:**

(A) o crime é cometido contra agente público.

(B) o crime é cometido por pessoa maior de sessenta anos.

(C) o crime é cometido por agente público.

(D) o crime é cometido durante o repouso noturno.

**35. O agente que dá causa à instauração de investigação policial contra alguém, imputando-lhe crime de que o sabe inocente, comete o crime de:**

(A) denunciação caluniosa.

(B) comunicação falsa de crime.

(C) falso testemunho.

(D) fraude processual.

**36. A lei processual penal:**

(A) obriga a repetição dos atos praticados anteriormente à sua vigência.

(B) não admite interpretação extensiva.

(C) não admite interpretação analógica.

(D) tem, de regra, aplicação imediata.

**37. Em tema de competência envolvendo crime de médio potencial ofensivo, de ação penal exclusivamente privada, o querelante poderá preferir:**

(A) o foro de domicílio ou da residência do réu, ainda quando conhecido o lugar da infração;

(B) o foro de domicílio ou da residência do ofendido, ainda quando desconhecido o lugar da infração;

(C) o foro de domicílio ou da residência das testemunhas, ainda quando desconhecido o lugar da infração;

(D) o foro de domicílio ou da residência do perito, ainda quando desconhecido o lugar da infração.

**38. NÃO constitui um dos critérios para fixação da competência no processo penal:**

(A) A natureza da infração.

(B) A distribuição.

(C) Domicílio da vítima.

(D) A prerrogativa de função.

**39. Assinale a alternativa correta.**

(A) De acordo com o entendimento dominante, no flagrante provocado evidencia-se a presença de um terceiro, chamado “agente provocador”.

(B) Flagrante impróprio é quando existe um abuso na prisão, sendo considerado ilegal.

(C) Flagrante esperado e flagrante preparado são sinônimos.

(D) A prisão temporária pode ser decretada após recebida a denúncia, mas sempre por decisão fundamentada do Juiz.

**40. O recurso de embargos infringentes é cabível quando:**

(A) a decisão de segunda instância, não unânime, for desfavorável ao Ministério Público.

(B) for unânime a decisão de segunda instância, desfavorável ao réu.

(C) não for unânime a decisão de segunda instância, desfavorável ao réu.

(D) a decisão de segunda instância, por unanimidade, der provimento ao recurso ministerial para condenar o réu, que fora absolvido em primeira instância.

**Empresarial**

**41. A assembleia geral de credores da sociedade falida “Concessionária de Veículos Pereiro Ltda.” aprovou, com o voto favorável de credores que representam 3/4 (três quartos) dos créditos presentes à assembleia, a constituição de sociedade formada pelos empregados do próprio devedor.**

**Sobre esta modalidade de realização do ativo, assinale a afirmativa incorreta.**

(A) Os empregados que vierem a integrar a futura sociedade poderão utilizar créditos derivados da legislação do trabalho para a aquisição da empresa.

(B) A constituição da sociedade formada pelos empregados do devedor depende da apresentação, pela massa falida, das certidões negativas de débitos tributários.

(C) Os bens objeto de alienação estarão livres de quaisquer ônus e não haverá sucessão da sociedade formada pelos empregados nas obrigações do devedor.

(D) A constituição de sociedade dos empregados do próprio devedor pode contar com a participação, se necessária, dos atuais sócios da falida ou de terceiros.

**42. Glória vendeu um automóvel a prazo para Valente. O pagamento foi realizado em quatro notas promissórias, com vencimentos em 30, 60, 90 e 120 dias da data de emissão. Os títulos foram endossados em branco para Paulo Afonso, mas foram extraviados antes dos respectivos vencimentos.**

**Sobre a responsabilidade do emitente e do endossante das notas promissórias, assinale a afirmativa correta.**

(A) Apenas o emitente responde pelo pagamento dos títulos porque o endossante não é coobrigado, salvo cláusula em contrário inserida na nota promissória.

(B) A responsabilidade do emitente e do endossante perante o portador subsiste ainda que os títulos tenham sido perdidos ou extraviados involuntariamente.

(C) O endossante e o emitente não respondem perante o portador pelo pagamento das notas promissórias em razão do desapossamento involuntário.

(D) O emitente e o endossante não respondem pelo pagamento dos títulos porque só é permitido ao vendedor sacar duplicata em uma compra e venda.

**43. Olímpio Noronha é servidor público militar ativo e, concomitantemente, exerce pessoalmente atividade econômica organizada sem ter sua firma inscrita na Junta Comercial.**

**Em relação às obrigações assumidas por Olímpio Noronha, assinale a alternativa correta.**

(A) São válidas tanto as obrigações assumidas no exercício da empresa quanto estranhas a essa atividade e por elas Olímpio Noronha responderá ilimitadamente.

(B) São nulas todas as obrigações assumidas, porque Olímpio Noronha não pode ser empresário concomitantemente com o serviço público militar.

(C) São válidas apenas as obrigações estranhas ao exercício da empresa, pelas quais Olímpio Noronha responderá ilimitadamente; as demais são nulas.

(D) São válidas apenas as obrigações relacionadas ao exercício da empresa e por elas Olímpio Noronha responderá limitadamente; as demais são anuláveis.

**44. Mariana, Januária e Cristina decidiram constituir uma sociedade em conta de participação, sendo a primeira sócia ostensiva e as demais sócias participantes.**

**Sobre o caso apresentado, de acordo com as disposições do Código Civil, assinale a opção correta.**

(A) É vedada a participação de mais de um sócio ostensivo na sociedade em conta de participação; logo, as demais sócias não poderão ter a qualidade de sócio ostensivo.

(B) A sociedade em conta de participação deverá adotar como nome empresarial firma social, da qual deverá fazer parte a sócia ostensiva.

(C) A sociedade somente poderá existir se o contrato não estiver inscrito em qualquer registro, pois é uma sociedade não personificada.

(D) As sócias participantes Januária e Cristina poderão fiscalizar a gestão dos negócios sociais pela sócia ostensiva Mariana.

**45. A Comissão de Valores Mobiliários poderá impor aos infratores de suas Resoluções, das normas da Lei n.6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e da Lei n. 6.385/76 (Lei do Mercado de Valores Mobiliários), dentre outras, a penalidade de inabilitação temporária, até o máximo de 20 (vinte) anos, para o exercício do cargo de administrador nas entidades relacionadas a seguir, à exceção de uma. Assinale-a.**

(A) Companhia Aberta.

(B) Distribuidora de Valores Mobiliários.

(C) Sociedade em Comum.

(D) Bolsa de Valores.

**Direito e Processo Civil**

**46. Com suporte nos dispositivos do Código Civil sobre as relações de parentesco, assinale a opção correta:**

(A) O parentesco é natural ou civil, conforme resulte de consanguinidade ou da afinidade.

(B) O parentesco por afinidade limita-se aos ascendentes, aos descendentes e aos colaterais do cônjuge ou companheiro, até o quarto grau.

(C) Consideram-se parentes em linha reta as pessoas que estejam uma para com as ou as outras na relação de ascendência, descendência e colateralidade.

(D) Cada cônjuge ou companheiro é vinculado aos parentes do outro pelo vínculo de afinidade.

**47. João, menor de idade, pegou as chaves do carro dos pais para ir a uma festa, sem autorização deles. João convenceu o amigo Anderson, também menor, para ir com ele. João disse para o Anderson que os pais emprestaram o veículo e sabia dirigir. No caminho da festa, João colidiu o veículo. Anderson ficou gravemente ferido e passou muitos meses em tratamento médico. Diante da situação apresentada, assinale a alternativa correta:**

(A) Os gastos com o tratamento deverão ser igualmente repartidos entre os pais dos menores, por configura culpa concorrente.

(B) Os pais de João deverão indenizar Anderson e sua família pelas despesas com o tratamento, independente da apuração de culpa.

(C) Anderson não tem direto a indenização pelas despesas de tratamento, pois Anderson sabia que João não tinha habilitação e idade para dirigir.

(D) Os pais de João não tem responsabilidade pelo ato praticado pelo filho, eis que não autorizaram a utilização do veículo.

**48. No que tange ao Direito das Obrigações, disciplinado pelo Código Civil, assinale a alternativa correta:**

(A) a obrigação solidária pode ser pura e simples para um dos cocredores ou codevedores, e condicional, ou a prazo, ou pagável em lugar diferente, para o outro.

(B) a obrigação é indivisível quando a prestação tem por objeto uma coisa ou um fato suscetíveis de divisão, por sua natureza, por motivo de ordem econômica, ou dada a razão determinante do negócio jurídico.

(C) nas obrigações de fazer, incorre na obrigação de indenizar perdas e danos o devedor inadimplente, exceto se recusar a prestação a ele só imposta, ou só por ele exequível.

(D) nas obrigações de dar coisa incerta, tratando-se de coisas determinadas pelo gênero e pela quantidade, a escolha pertence ao credor, se o contrário não resultar do título da obrigação.

**49. Thor, proprietário de um bem imóvel, faleceu sem deixar herdeiros, sendo sua herança considerada jacente. Em razão desse fato, assinale a alternativa correta.**

(A) Sendo a herança jacente e o Thor houver deixado testamento, não será possível reconhecer a vacância.

(B) Havendo colaterais que eram desconhecidos, esses poderão se habilitar ainda que tenha havido a declaração de vacância.

(C) É possível a aquisição do bem por meio da usucapião, enquanto não declarada a vacância.

(D) Os credores não terão o direito de pedir o pagamento das dívidas reconhecidas, até a declaração da jacência.

**50. A tradição feita por quem não seja proprietário do bem móvel:**

(A) Não aliena a propriedade, exceto se o bem móvel oferecido ao público em leilão ou estabelecimento comercial for transferido em circunstâncias tais que, ao adquirente de boa-fé, como a qualquer pessoa, o alienante se afigurar dono.

(B) Transfere a propriedade, desde que o transmitente ceda o direito ao comprador por meio idôneo, respeitando o negócio jurídico válido e tenha a posse inconteste do bem móvel.

(C) Transfere a propriedade, exceto se o bem móvel alienado estiver na posse de terceiro, por não ter o alienante a possibilidade fática de efetuar a tradição do bem móvel, mesmo que a posse seja indireta.

(D) Transfere a propriedade, quando tiver por título negócio jurídico bilateral válido, inscrito em registro público, por valer em face de terceiros, uma vez que caracteriza a alienação de boa-fé.

**51. De acordo com código de processo civil, a confissão:**

(A) só se caracteriza como tal quando espontânea, pois a provocada diz respeito ao interrogatório da parte em juízo.

(B) se emanar de erro, dolo ou coação, só poderá ser revogada por meio de ação anulatória do negócio jurídico respectivo.

(C) quando desfavorável ao confitente, pode beneficiar ou prejudicar igualmente seus litisconsortes.

(D) não supre a exigência da apresentação de instrumento público, para comprovar a existência de negócio jurídico que o exige como de sua substância.

**52. Raphael, menor de idade, representado por sua genitora, Amanda, ingressou com ação de investigação de paternidade cumulada com alimentos contra Matheus. Após a realização de diversas diligências citatórias infrutíferas, o juiz deferiu a citação por edital, que foi realizada conforme as formalidades legais. O requerido, entretanto, não apresentou resposta no prazo legal. Nessa situação hipotética, o juiz deve, imediatamente,**

(A) nomear curador especial ao réu.

(B) decretar a revelia do réu e considerar verdadeiros os fatos alegados pelo autor na petição inicial, proferindo desde logo sentença de mérito favorável ao autor.

(C) determinar a intimação do autor, para que especifique as provas que pretenda produzir em audiência.

(D) determinar a realização de nova tentativa de citação, sob pena de nulidade do processo, já que a lei exige a citação pessoal do réu nesse tipo de ação.

**53. Dentro do prazo legal para interposição do recurso de apelação, Gabriella e Giovanna, partes do processo, ingressaram com uma petição requerendo a suspensão do processo para tentativa de acordo. Nesse caso,**

(A) o pedido de suspensão independe do consentimento do juiz.

(B) o pedido de suspensão não é correto, com ou sem o consentimento do juiz.

(C) o pedido de suspensão depende do consentimento do juiz, e é admissível até o prazo máximo de seis meses.

(D) o pedido de suspensão é correto, mas deverá ser provada a realização do acordo.

**54. De acordo com o Código de Processo Civil, em relação aos recursos, é correto afirmar:**

(A) Regra geral, não se podem invocar no recurso matérias que não tenham sido arguidas e discutidas anteriormente, até a prolação da sentença.

(B) O conhecimento de um recurso pelo órgão ao qual caiba seu julgamento implica a consequência jurídica de seu exame de mérito, e o seu provimento.

(C) Todos os recursos são interpostos perante o mesmo órgão julgador da decisão recorrida.

(D) Da decisão que recebe ou não o recurso interposto cabe apelação.

**55. De acordo com Código de Processo Civil, no que diz respeito ao processo de execução, à liquidação e ao cumprimento de sentença, assinale a opção correta.**

(A) É legítima a penhora da sede de estabelecimento comercial.

(B) Os honorários sucumbenciais, se omitidos na decisão transitada em julgado, podem ser cobrados em execução ou em ação própria.

(C) A correção monetária do valor da indenização do dano moral incide desde a data do ajuizamento da ação.

(D) Ofende a coisa julgada a liquidação de sentença por forma diversa da estabelecida na sentença liquidanda.

**Direito e Processo do Trabalho**

**56. Eduardo ajustou pacto verbal com a empresa Banana Tecnologia Ltda., pelo prazo determinado de três meses, para a prestação dos serviços, com exclusividade, de criação de aplicativos para utilização em máquinas de operação de cartões de crédito e débito. A empresa Banana atua no ramo de consultoria na área de informática para operadoras de cartões de crédito. Ficou acordado entre as partes que as atividades de Eduardo poderiam ser realizadas na sua própria residência, desde que houvesse contato diário com os supervisores da Banana, por intermédio de teleconferência e correspondência eletrônica via *whatsapp*. Eduardo definia os seus horários de trabalho devendo, entretanto, cumprir os prazos estipulados para cada tarefa. Quando o aplicativo passava a ser utilizado pelos clientes de Banana, Eduardo permanecia conectado à Internet e com uma linha telefônica exclusiva em sua residência para contatos, a qualquer momento, a fim de resolver problemas que surgissem na execução do aplicativo. Caso precisasse sair de sua residência, Eduardo deveria portar smartphone, conectado à Internet. Ficou ajustada uma remuneração por aplicativo desenvolvido, além de um pagamento extra para as horas em que Eduardo fosse contatado para solucionar os eventuais problemas na execução dos programas. Diante da situação apresentada, assinale a alternativa incorreta:**

(A) Eduardo não poderia ser considerado empregado da empresa Banana em razão dos seguintes elementos fáticos: o contrato foi ajustado de forma verbal e pelo prazo determinado de apenas três meses; não havia controle e fiscalização de horários; não eram utilizados, pelo prestador dos serviços, os equipamentos e instalações da empresa contratante; bem como a remuneração era variável, não possuindo natureza salarial.

(B) Os requisitos da pessoalidade e da não eventualidade estão presentes no caso, em razão da obrigatoriedade das teleconferências e face à prestação de serviços ligados à atividade fim da empresa contratante.

(C) A Consolidação das Leis do Trabalho não distingue o trabalho realizado no estabelecimento empresarial daquele desempenhado no domicílio do empregado, desde que presentes os pressupostos da relação de emprego.

(D) Para a caracterização da subordinação jurídica, elemento essencial para a configuração do contrato de trabalho, não é obrigatório o estabelecimento de horários pré-determinados e a sua fiscalização, importando apenas a possibilidade do empregador intervir nas atividades do empregado.

**57. Na hipótese de rescisão antecipada do contrato de trabalho por tempo determinado,**

(A) o empregado que se desligar do contrato será obrigado a pagar ao empregador, a título de indenização, o dobro da remuneração que teria direito até o termo do contrato, quando não prevista cláusula assecuratória do direito recíproco de rescisão antecipada.

(B) o empregado que se desligar do contrato será obrigado a pagar ao empregador, a título de indenização, a metade da remuneração que teria direito até o termo do contrato, quando não prevista cláusula assecuratória do direito recíproco de rescisão antecipada.

(C) o empregador que, sem justa causa, despedir o empregado será obrigado a pagar-lhe, a título de indenização, o dobro da remuneração a que teria direito até o termo do contrato, quando prevista cláusula assecuratória do direito recíproco de rescisão antecipada.

(D) o empregador que, sem justa causa, despedir o empregado será obrigado a pagar-lhe as verbas rescisórias devidas na rescisão dos contratos de trabalho por prazo indeterminado, quando prevista cláusula assecuratória do direito recíproco de rescisão antecipada.

**58. No que diz respeito à interrupção e suspensão do contrato de trabalho, é CORRETO afirmar que:**

(A) Somente a ausência ao serviço por motivo de greve declarada abusiva é considerada suspensão do contrato de emprego.

(B) Na forma da lei, o professor tem direito a nove dias de ausências legais, por motivo de casamento ou de luto, em virtude de falecimento do cônjuge, pais ou filhos.

(C) Para a doutrina dominante, em todas as hipóteses de suspensão do contrato de emprego não há pagamento de salário, tampouco, o período de afastamento é considerado para os efeitos legais.

(D) Em qualquer situação, durante a interrupção ou suspensão do contrato de emprego, o empregador fica impossibilitado de dissolvê-lo, mesmo no caso de extinção da empresa, cabendo ao empregador aguardar a cessação dos motivos que interromperam ou suspenderam o contrato para posterior extinção do vínculo.

**59. No município “Quero Mais” residem três irmãos: João, Eduardo e Anderson. João reside na região urbana da cidade e Eduardo e Anderson residem na região rural. Os três irmãos estão empregados em empresas distintas e em atividades também distintas, estando Eduardo na lavoura e Anderson na pecuária. Considerando que o horário de trabalho de João é das 14 às 22 horas; que o horário de trabalho de Eduardo é das 21 às 5 horas do dia seguinte e que o horário de trabalho de Anderson é das 20 às 4 horas do dia seguinte, é correto afirmar que:**

(A) apenas Eduardo exerce trabalho noturno.

(B) apenas Anderson exerce trabalho noturno.

(C) apenas Eduardo e Anderson exercem trabalho noturno.

(D) para todos os empregados a hora noturna é reduzida, ou seja, será de 52 minutos e 30 segundos.

**60. De acordo com a jurisprudência sumulada pelo TST, reconhece-se estabilidade provisória no emprego:**

(A) à empregada gestante, inclusive a doméstica, desde que contratada por prazo indeterminado.

(B) ao membro eleito da CIPA, salvo se suplente.

(C) ao dirigente sindical, mesmo tendo ocorrido a extinção da atividade empresarial no âmbito da base territorial do sindicado.

(D) ao empregado acidentado que tenha sido contratado por tempo determinado.

**61. Em determinada ação trabalhista, o sindicato profissional atuou como substituto processual de integrantes da categoria profissional que representa, pleiteando diversos direitos. O Juiz julgou improcedentes os pedidos, e o sindicato foi condenado na obrigação de recolhimento das custas processuais, no valor de R$ 1.000,00 (mil reais), não obstante ter formulado, na inicial, pedido de justiça gratuita. De acordo com a jurisprudência consolidada do Tribunal Superior do Trabalho, marque a alternativa CORRETA:**

(A) A obrigação de recolhimento das custas está correta, pois o sindicato, em razão do imposto sindical que recebe, não pode ser beneficiário de justiça gratuita.

(B) É possível o acolhimento de pedido de justiça gratuita formulado por sindicato profissional, bastando que haja nos autos declaração de pobreza formulada pelos substituídos ou pelo próprio sindicato em relação aos substituídos.

(C) A prestação da assistência jurídica é uma obrigação do sindicato profissional, o que torna incompatível o pedido de justiça gratuita com essa função da entidade sindical.

(D) É possível o acolhimento de pedido de justiça gratuita formulado por sindicato profissional, uma vez que atua, na espécie, cumprindo função de relevante interesse público.

**62. No momento da realização de audiência trabalhista (una), apregoadas as partes, ingressam na sala de audiências o reclamante, João Henrique, acompanhado de sua advogada, Antônia, e a advogada da reclamada, Bárbara, desacompanhada do preposto ou representante da reclamada, Style Modas S/A. Dra. Bárbara não justificou o motivo da ausência da reclamada, mas requereu a juntada de procuração e apresentação de defesa oral. Neste caso, conforme entendimento sumulado do C. Tribunal Superior do Trabalho, o Juiz deve:**

(A) não aceitar a apresentação de defesa oral e decretar a revelia da reclamada.

(B) adiar a audiência para futuro comparecimento de preposto ou representante da ré, em atenção aos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório.

(C) permitir que a advogada funcione também como preposto, juntar posterior carta de preposição e aceitar a defesa oral.

(D) nomear *ex officio* uma das testemunhas presentes da reclamada, empregado da empresa, como preposto ad hoc e acolher defesa oral em razão do princípio da celeridade processual.

**63. Sobre a prova testemunhal no processo do trabalho, é CORRETO afirmar:**

(A) A testemunha que for parente até o terceiro grau civil, amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes, não prestará compromisso, e seu depoimento valerá como simples informação.

(B) O depoimento das testemunhas que não souberem falar a língua nacional será feito por meio de intérprete nomeado pelo juiz. Pessoa surda-muda não pode ser testemunha.

(C) O número máximo de testemunhas para cada parte varia conforme o rito processual: três testemunhas no rito ordinário, duas testemunhas no rito sumaríssimo, uma testemunha no rito sumário e seis testemunhas na ação de inquérito para apuração de falta grave.

(D) Somente serão ouvidas pelo juiz as testemunhas indicadas pela parte em rol específico, e devidamente intimadas para a audiência.

**64. Com relação ao sistema recursal trabalhista, nos termos da Consolidação das Leis do trabalho e das súmulas da jurisprudência consolidada do C. TST, é INCORRETO afirmar:**

(A) Os recursos serão interpostos por simples petição e terão efeito meramente devolutivo, salvo as exceções previstas na CLT, permitida a execução provisória até a penhora.

(B) O agravo de instrumento interposto contra o despacho que não receber agravo de petição suspende a execução da sentença até o seu julgamento pelo Tribunal Regional do Trabalho.

(C) Caberão embargos de declaração da sentença, no prazo de cinco dias, admitido efeito modificativo da decisão nos casos de omissão e contradição no julgado.

(D) O recurso adesivo é compatível com o processo do trabalho e cabe, no prazo de 8 dias, nas hipóteses de interposição de recurso ordinário, de agravo de petição, de revista e de embargos, sendo desnecessário que a matéria nele veiculada esteja relacionada com a do recurso interposto pela parte contrária.

**65. No tocante à execução, assinale a alternativa INCORRETA:**

(A) A execução deve ser processada da forma menos gravosa ao devedor.

(B) No processo do trabalho são admissíveis a arrematação e a adjudicação dos bens levados à hasta pública.

(C) No processo do trabalho é admissível a execução do termo de conciliação firmado perante a Comissão de Conciliação Prévia e o termo de ajuste de conduta firmado com o Ministério Público do Trabalho.

(D) No processo do trabalho a penhora deve recair sempre em dinheiro, tendo em vista a natureza alimentar do crédito trabalhista.

**Direito Tributário**

**66. Quando houver decisão administrativa, anulando o lançamento efetuado pelo Fisco por vício formal, passa a correr prazo:**

(A) decadencial de 05 (cinco) anos, contados da data do lançamento originalmente efetuado pelo Fisco.

(B) prescricional de 05 (cinco) anos, contados da data em que o lançamento fiscal foi anulado.

(C) decadencial de 05 (cinco) anos, contados da data que tornar definitiva a decisão que anulou o lançamento por vício formal.

(D) decadencial de 05 (cinco) anos, contados da data do fato gerador do tributo.

**67. Não será expedida a certidão positiva de débitos com efeitos de negativa quando:**

(A) os débitos forem objeto de execução fiscal na qual foi apresentada apenas exceção de pré-executividade.

(B) o auto de infração que constituiu o crédito tributário for impugnado pelo contribuinte, nos termos das leis reguladoras do processo administrativo tributário.

(C) os débitos estiverem incluídos no parcelamento.

(D) o contribuinte tiver efetuado o depósito do montante integral dos débitos.

**68. Sobre os Impostos de Importação e Exportação, é correto afirmar que:**

(A) podem ser instituídos ou aumentados no mesmo exercício financeiro em que foi publicada a lei que os instituiu ou aumentou.

(B) só podem ser aumentados ou instituídos por força do princípio constitucional da anterioridade, no exercício financeiro seguinte ao da publicação da lei que os aumentou ou instituiu.

(C) só podem ser aumentados ou instituídos no prazo de 90 (noventa) dias contados da data da lei que os aumentou ou instituiu.

(D) por serem tributos chamados “extrafiscais”, podem ser aumentados e instituídos por decreto, desde que com vigência a partir do exercício financeiro seguinte ao de publicação do decreto que os aumentou ou instituiu.

**69. Assinale a alternativa correta.**

(A) A responsabilidade do contribuinte é excluída pela denúncia espontânea da infração, desde que acompanhada do pagamento do tributo devido, da multa punitiva e dos juros de mora.

(B) Jamais haverá exclusão da responsabilidade do contribuinte que praticou infração fiscal, mesmo que ingresse com denúncia espontânea da infração, acompanhada do pagamento do tributo devido e dos juros de mora.

(C) A responsabilidade do contribuinte é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo depender de apuração.

(D) Mesmo com o início de qualquer procedimento administrativo fiscal, como a lavratura do Termo de Início de Fiscalização, a responsabilidade do Contribuinte será excluída pela denúncia da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora.

**70. No que se refere ao Imposto sobre a Renda, assinale a alternativa INCORRETA.**

(A) A Constituição Federal determina que o Imposto sobre a Renda será informado pelos critérios da generalidade, da universalidade e da progressividade, na forma da lei.

(B) A incidência do Imposto sobre a Renda independe da denominação da receita ou do rendimento, da localização, condição jurídica ou nacionalidade da fonte, da origem e da forma de percepção.

(C) Contribuinte do Imposto sobre a Renda é o titular da disponibilidade econômica ou jurídica de renda ou de proventos de qualquer natureza.

(D) A lei não pode atribuir à fonte pagadora da renda ou dos proventos tributáveis a condição de responsável pelo Imposto de Renda cuja retenção e recolhimento lhe caibam.

**BOA PROVA!**

**TENHA ATENÇÃO NO PREENCHIMENTO DO CARTÃO-RESPOSTA**

**CARTÃO RESPOSTA PROVA**

**NOME COMPLETO\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

***(FAVOR PREENCHER COM LETRA DE FORMA)***

**MATRÍCULA\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ TURMA \_\_\_\_\_\_\_\_\_ DATA \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| QUESTÃO/RESPOSTA | QUESTÃO/RESPOSTA | QUESTÃO/RESPOSTA |
| **01** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **26** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **51** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **02** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **27** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **52** A ( )B ( ) C ( ) D ( ) |
| **03** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **28** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **53** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **04** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **29** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **54** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **05** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **30** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **55** A ( ) B () C ( ) D ( ) |
| **06** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **31** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **56** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **07** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **32** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **57** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **08** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **33** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **58** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **09** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **34** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **59** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **10** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **35** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **60** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **11** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **36** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **61** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **12** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **37** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **62** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **13** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **38** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **63** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **14** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **39** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **64** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **15** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **40** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **65** A ( ) B () C ( ) D ( ) |
| **16** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **41** A () B ( ) C () D ( ) | **66** A ( ) B () C ( ) D ( ) |
| **17** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **42** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **67** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **18** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **43** A ( ) B () C ( ) D () | **68** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **19** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **44** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **69** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **20** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **45** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **70** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **21** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **46** A ( ) B ( ) C ( ) D () |  |
| **22** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **47** A ( ) B ( ) C () D ( ) |  |
| **23** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **48** A ( ) B ( ) C ( ) D () |  |
| **24** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **49** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) |  |
| **25** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **50** A ( ) B ( ) C ( ) D () |  |